

O Brasil e a segurança no Atlântico Sul

João Franco¹

(Lisboa - Portugal)

Resumo

A medida que o interesse estratégico da potência hegemônica norte-americana se afasta do Atlântico em direção ao Pacífico, por causa da emergência do poder chinês, deixa caminho livre para que outras potências possam ocupar o seu lugar. No Atlântico Sul, parece claro que a potência diretora será o Brasil, desde que haja vontade política para tal. Para isso, o Brasil tem de garantir a estabilidade na América do Sul e uma cooperação estreita com dois países do Cone Sul africano: Angola e a África do Sul.

Palavras-chave: Brasil; Atlântico Sul; Geopolítica.

Resumen

A medida que el interés estratégico de la potencia hegemónica EE.UU. se aleja del Atlántico hacia el Pacífico, debido a la emergencia del poder chino, estos dan paso a otros poderes que pueden tomar su lugar. En el Atlántico Sur, queda claro que el poder director es Brasil, a condición de que haya voluntad política para hacerlo. Para eso, el Brasil tiene de garantizar la estabilidad en la América del Sur y una cooperación estrecha con dos países del Cono Sur africano: Angola y Sudáfrica.

Palabras-clave: Brasil; Atlántico Sur; Geopolítica.

Introdução

O fim da Guerra Fria mudou o panorama mundial, inclusive as relações internacionais. A URSS colapsou e os Estados Unidos tornaram-se a potência hegemônica global. Esta potência hegemônica, após o colapso da URSS assumiu-se como a polícia do mundo, intervindo no Iraque, na Iugoslávia e no Afeganistão, só para mencionar alguns países, mas esta hegemonia torna-se cada vez mais contestada. A Rússia tem vindo a recuperar seu protagonismo, reclamando para si o direito exclusivo de intervenção nos países da ex-URSS, não se inibindo de atacar a Geórgia, em 2008. O geopolitólogo russo Dugin (2012), defende mesmo um mundo multipolar em oposição ao atual mundo unipolar dominado pelos EUA.

1 Graduado no ISCSP-Universidade Técnica de Lisboa. Pós-graduado em Estratégia. Membro da Direcção do IAEG. Autor do livro "Sun Tzu e Mao Zedong: Dois estratégias chineses". Contato: joao.franco4@sapo.pt

Outras potências vão emergindo no panorama internacional: no Extremo-Oriente a China, que deseja ser pelo menos uma potência regional em breve, moderniza as suas forças armadas e olha com desconfiança a presença norte-americana na Ásia-Pacífico. Outras dessas potências são Índia, Indonésia, Turquia e Brasil. Senhor de um vasto interior que lhe dá uma grande profundidade estratégica e amplos recursos naturais, este último dispõe também de uma longa faixa de litoral industrializada e urbanizada, que lhe confere capacidades anfíbias que lhe permitirão projetar poder no Atlântico Sul e na outra margem do oceano, na África.

O interesse estratégico dos Estados Unidos da América tem sido progressivamente desviado do Atlântico para o Pacífico, sendo natural que os espaços deixados livres sejam ocupados por outras potências. O Reino Unido e a Espanha parecem ser duas dessas potências (re)emergentes no Atlântico Norte, e não há razão para que no Atlântico Sul essa posição não seja ocupada pelo Brasil.

Balão (2011, p.250-251) define, sem hesitação, que o Brasil juma potência regional sul-americana, e que o Brasil esthoje a desenvolver os seus projetos estratégicos vitais: a Amazônia Verde e a Amazônia Azul

Breve caracterização do espaço sul-americano

O Brasil é sem dúvida uma das potências emergentes com maior potencial de crescimento, e pode aspirar no futuro, não somente ser a potência diretora da América do Sul, mas do Atlântico Sul, estendendo a sua influência pela África. Para pensar num modelo de segurança bastante estável, o Brasil tem de cooperar intimamente com a Argentina, na América do Sul, e com a África do Sul e Angola, na África.

A Argentina é o único país da América do Sul capaz de representar desafios estratégicos ao Brasil, quer pela sua potencialidade econômica, quer pela sua capacidade militar. Assim, a exemplo do que a França e a Alemanha fizeram na Europa após a Segunda Guerra Mundial, a Argentina e o Brasil têm de aproximar-se, integrando o mesmo bloco político-econômico. Um afastamento entre estes dois países poderia levar a Argentina a buscar uma aliança do outro lado do Atlântico, com África do Sul ou Angola, ou ambas, deixando para trás o Brasil. A costa Oeste da América do Sul parece estar voltada ao Pacífico, devido as cordilheiras que impedem um contato mais estreito com os países a Leste. O Norte da América do Sul está mais virado para os Estados Unidos da América do que para Sul do continente, e sofre profunda influência das

políticas norte-americanas, ainda que não tanta quanto a América Central (ALMEIDA, 1994).

Embora a Venezuela possa ser um agente desestabilizador no Norte da América do Sul, é pouco provável que se proponha a afrontar o Brasil, uma vez que tem disputas com dois Estados mais compatíveis com a sua capacidade, a Colômbia e a Guiana. A Colômbia é um Estado fortemente militarizado e com tropas veteranas, apoiado pelos Estados Unidos, que pode talvez inflingir uma pesada derrota ao país de Hugo Chávez. Mas, certamente nada daria mais prazer ao presidente venezuelano do que humilhar os Estados Unidos derrotando o seu aliado colombiano.

Por outro lado, a Venezuela reivindica 60% do território da Guiana, o que tem alguma base histórica, e a Guiana é militarmente pouco poderosa. Chávez parece contar na Bolívia e no Equador com simpatia por parte de governos e indivíduos que admiram suas posições políticas (ALMEIDA, 1994).

No Sul do continente, a zona de maior conflitualidade potencial encontra-se num corredor entre a Argentina e o Brasil, onde se situam dois Estados encravados, e por isso vítimas de uma pobreza que parece ser endêmica, o Paraguai e a Bolívia (ALMEIDA, 1994). Essa pobreza endêmica, agravada pela falta de acesso ao mar, pode mergulhar estes países em conflitos internos, passíveis de se alastrar a países vizinhos, ou mesmo iniciar conflitos internacionais, nascidos de um espírito de vingança contra injustiças históricas. A Bolívia não esquece que foi o Chile quem lhe retirou o seu acesso ao mar², e pode no futuro tentar reavê-lo pela força das armas. O que é certo, é que em áreas de selva densa, caso de vastas zonas fronteiriças, um conflito armado poderia arrastar-se por anos e exigir dos países vizinhos grandes gastos com meios militares para patrulhar essas áreas.

Evo Morales grande admirador de Chávez, que por sua vez, pode fornecer ajuda militar e econômica Bolívia. Por sua vez, o recente processo de impugnação no Paraguai, que depôs o presidente Lugo e o substituiu pelo vice-presidente Federico Franco, apesar de condenado pela comunidade internacional, veio a acrescentar mais um fator de desestabilização a um país já conhecido como fonte de narcotráfico e contrabando de armas e mercadorias. Há ainda a questão cada vez mais explosiva dos brasiguaios, imigrados dos estados do Sul do Brasil nas regiões fronteiriças entre Paraguai e Brasil, que se contam as centenas de milhares e que são na sua maioria agricultores ou comerciantes.

2 A Guerra do Pacífico (1879-1883).

As teorias geopolíticas clássicas de Mahan, Mackinder, Spykman e Cohen

O almirante norte-americano Alfred Mahan, que nasceu em meados do século XIX, foi um dos principais teóricos do poder marítimo, advogando o controle dos estreitos (Gibraltar, Cabo, Suez, Adém, Ormuz, Málaga) e pontos-chave (portos, bases), tal como fazia a Grã-Bretanha, a potência marítima da época. Para Mahan, o modelo britânico constitui um exemplo a imitar e a ultrapassar, o que sem dúvida os Estados Unidos começaram a fazer no início do século XX. Mahan via o seu país situado entre dois continentes, a Europa e a Ásia, separados pelo Atlântico e pelo Pacífico, o que obrigava ao desenvolvimento de uma marinha forte (DEFARGES, 2003).

Halford Mackinder, estudioso britânico, fundou o pensamento geopolítico do século XX ao proclamar em 1904, na *Royal Geographic Society* a conferência *O pivot geográfico da história*. A Inglaterra, apoiada na força da sua Marinha, era ainda a primeira potência mundial, mas grandes potências terrestres como a Alemanha unificada e a Rússia czarista começavam a demonstrar força e aspirações geopolíticas. Em 1919, pouco depois da Primeira Guerra Mundial, Mackinder publica a sua principal obra: *Democratic Ideals and Reality*. Em 1943, com o desfecho da Segunda Guerra Mundial ainda incerto, publica na revista *Foreign Affairs* o seu testamento intelectual: *The Round World and the Winning of the Peace*, onde revê suas teses (DEFARGES, 2003).

Um dos conceitos mais importantes introduzidos por Mackinder o de *heartland*, o coração do mundo, ou área pivot, situado na Eurásia, que abrange as grandes planícies estépicas eurasiáticas. O *heartland* está situado na ilha mundial, grande massa territorial contínua que abrange a Europa, Ásia e África. De fora, ficam apenas as Américas e a Austrália, enquanto continentes periféricos (DEFARGES, 2003)³.

Uma união entre a Alemanha e a Rússia permitiria criar a mais poderosa potência terrestre jamais vista. É isso que norte-americanos e britânicos veem quando Hitler invade a União Soviética: uma tentativa de conquistar o *heartland*. Há que acrescentar que quando Mackinder escreve, a expansão das redes ferroviárias e dos transportes motorizados tornam finalmente possível às potências do *heartland* o aproveitamento de todo o seu potencial (DEFARGES, 2003).

Em torno do *heartland* surge uma cadeia formidável de montanhas e desertos como proteção natural: o *crescente interior*. Desde os Himalaias as vastas solidões

³ Mackinder distingue um segundo *heartland* (*Heartland do Sul*) na África sub-sahariana, cujo controle permite dominar o Índico e o Atlântico Sul.

geladas da Sibéria, passando pelos desertos da Ásia Central, do Tibete, de Gobi e do Irã. A abertura mais fácil para penetração no *heartland* é, portanto, a planície eurasiática. Externamente a este *crescente interior*, surgem as *coastlands*, penínsulas na maioria das vezes populosas e de importância estratégica: Europa, Arábia, Índia, Sudeste Asiático, China litorânea. Junto à estas penínsulas, as ilhas do *crescente exterior*, o Reino Unido e o Japão. Finalmente, o círculo mais afastado do *heartland*, composto pelas Américas e pela Austrália, forma o *crescente insular*. O grande receio da Grã-Bretanha, enquanto potência insular, que será um pouco mais tarde perfilhado pelo Japão, era ser afastada do comércio e da partilha dos recursos da ilha mundial por uma grande potência continental hostil (DEFARGES, 2003).

Na revisão das suas teorias em 1943, Mackinder pensa numa forma das potências marítimas fazerem face à potência dominante do *heartland* no futuro, que Mackinder prevê acertadamente ser a União Soviética. Surge o conceito de *middland ocean*, uma espécie de Mediterrâneo entre a Europa e a América, que inclui países ribeirinhos europeus e americanos, dominando além disso o Mediterrâneo, o Atlântico, o Ártico e o Mar do Caribe. Tal conceito acabou por dar origem à Aliança Atlântica (ALMEIDA, 1994).

Nicholas John Spykman foi outro pensador geopolítico com muita influência na estratégia americana. Desenvolveu o conceito de *rimland*, ou terras marginais, designação com que ele qualifica as zonas costeiras que bordejam o continente eurasiático, o arco ribeirinho que envolve o *heartland* e que Mackinder *grosso modo* chamara de *crescente interior* (CORREIA, 2002).

Spykman procura definir o papel dos Estados Unidos no mundo do pós-guerra. O *rimland* da Eurásia compreende as terras costeiras da Europa, da Arábia, passando pela Ásia das Monções até Extremo-Oriente. Ao contrário das *coastlands* de Mackinder, o *rimland* de Spykman heterogêneo por motivos diversos. O *rimland* uma área intermédia entre o *heartland* eurasiático e os mares ribeirinhos, e pode ser palco de conflitos entre a potência marítima e a potência terrestre ou continental. Como tal, esta área deve desenvolver um poder anfíbio, que possa defendê-la contra ataques terrestres ou marítimos. Para Spykman esta é a área pivot que permite dominar a Eurásia e, por consequência, os destinos do mundo. A Europa precisaria unir-se aos Estados Unidos, evitar as guerras internas que dilaceraram o seu poder e anular a emergência de uma potência continental. Se a Eurásia e África se unirem, o maior perdedor serão os Estados Unidos, privados do comércio e presos ao seu próprio continente. Já a potência continental teria menos a perder, com uma grande capacidade autárquica. Daí a grande

aposta dos Estados Unidos da América nas suas esquadras e na manutenção das rotas comerciais marítimas transoceânicas (ALMEIDA, 1994).

Spykman denominava as Américas genericamente como Novo Mundo, e considerava a África, a Austrália, os países insulares europeus e a maioria dos países insulares asiáticos, exceção do Sri Lanka como *offshore continents and islands*. Spykman previu a possibilidade da China disputar com a União Soviética a preponderância no *heartland* e a necessidade dos Estados Unidos protegerem e ajudarem a reconstruir o Japão no futuro (ALMEIDA, 1994).

Após a morte prematura de Spykman, houve nos Estados Unidos dois outros importantes pensadores geopolíticos, Colin Gray e Saul Cohen, já confrontados com a era nuclear (DEFARGES, 2003).

Tal como Mackinder formula o conceito de *heartland* e Spykman o de *rimland*, Cohen introduz o de *shatterbelts*. Em seu entender, o mundo divide-se em quatro grandes áreas: o *Mundo dependente do comércio marítimo*, que corresponde ao *crescente exterior* de Mackinder, mas incluindo a Europa e o Magrebe; o *poder continental eurasiático*, que corresponde ao *heartland*; a *região geopoliticamente independente*, que inclui genericamente o subcontinente indiano e áreas vizinhas; e os *shatterbelts*, zonas de fratura e flexíveis, que comandam pequenas áreas marítimas estratégicas, e dispõem de riquezas agrícolas e minerais, servindo de apoio as grandes potências em caso de conflito e como áreas tampão. Além disso, estas áreas de fratura são vitais para o *Mundo dependente do comércio marítimo* e também importantes para o *poder continental eurasiático*. Cohen distingue o *Shatterbelt do Médio Oriente*, que engloba também o Nordeste de África e o *Shatterbelt do Sudeste Asiático* (ALMEIDA, 1994). Para o *Mundo dependente do comércio marítimo*, que está orientado para as bacias do Atlântico e do Pacífico, as relações marítimas são de importância vital.

Da breve exposição das teorias de Mahan, Mackinder, Spykman e Cohen percebe-se que estes teóricos ou ignoraram a América do Sul ou a colocaram numa posição marginal face ao continente eurasiático, contudo, como veremos adiante, a América do Sul possui algumas semelhanças na sua configuração com o continente africano.

O fim da Guerra Fria trouxe para a região uma nova organização do poder e os novos equilíbrios ainda não estão claramente definidos. Houve sobretudo uma perda de influência por parte do Estado-Nação, e uma parte do seu poder transitou para poderes mais fluídos como empresas multinacionais, organizações não-governamentais,

narcoguerrilhas, grupos religiosos extremistas, grupos terroristas transnacionais ou mesmo indivíduos que pela sua capacidade financeira podem influenciar ou desencadear eventos importantes a nível nacional ou internacional.

Breves notas sobre a contribuição dos geopolíticos brasileiros Therezinha de Castro e Golbery do Couto e Silva

Destacamos estes dois geopolíticos como os mais influentes do pensamento geopolítico brasileiro. Golbery do Couto e Silva foi um general e geopolítico brasileiro que marcou o pensamento estratégico e de segurança durante a Ditadura Militar, muito embora nunca tenha pertencido linha dura. Ocupou vários cargos ministeriais, em 1987. Deixou importantes obras como *Planejamento Estratégico* e *Geopolítica do Brasil*. Therezinha de Castro, historiadora, geógrafa, professora e geopolítica, falecida em 2000, foi e ainda é um nome incontornável na geopolítica de origem brasileira. Das suas obras de referência destacam-se os títulos dedicados à Amazônia e Antártida (FREITAS, 1999).

Golbery do Couto e Silva já destacava a importância do promontório nordestino, que dominava a zona de estrangulamento do Atlântico no eixo Natal-Dakar, sem olvidar o potencial da Argentina ao Sul, constituindo uma linha de tensão onde o Uruguai serve de Estado-tampão. O general não se esquecia, contudo, do caráter potencialmente ameaçador da Bolívia e do Paraguai, a que chamava de prisioneiros geopolíticos e que poderiam constituir zonas de fricção ao longo do flanco mais desprotegido do Brasil. (FREITAS, 1999).

O general Golbery do Couto e Silva distingue no território brasileiro quatro zonas essenciais: um núcleo central brasileiro altamente sensível a ações externas vindas do mar, bem como a perturbações internas instigadas externamente, e cuja segurança é absolutamente indispensável a estrutura total do sistema; a Nordeste, a zona de vulnerabilidade maior às ações extracontinentais; a Sul, na fronteira desde o Rio Grande do Sul até o Mato Grosso, zona de vulnerabilidade marítima a possíveis ações hostis no âmbito regional; e a Leste, no Atlântico Sul, elemento imprescindível à segurança e ao desenvolvimento brasileiros, embora sujeito a possíveis contingências decorrentes de um conflito continental ou mesmo mundial, que ponha em causa as ligações marítimas (FREITAS, 1999).

Recordemos que naquela época o vasto interior brasileiro não era como hoje

servido por um número cada vez maior de estradas asfaltadas e pistas de aviação. O general distingue, assim, dois destinos para o Brasil: de um lado o legado bandeirante, do qual o esforço de vitalização da ampla hinterlândia essencial à prossecução dos objetivos nacionais brasileiros, e por outro, o mar, que Golbery do Couto e Silva diz ser:

(...)não um mar qualquer mas o oceano mais vivificado do mundo, caminho sem igual das civilizações modernas, que nos liga aos centros de produção e de cultura do hemisfério norte, de onde nos vêm e virão os impulsos mais fortes de renovação e de progresso (*apud* FREITAS, 1999, p.135).

No pensamento de Therezinha de Castro ressaltam três regiões naturais brasileiras: uma ilha *subdesenvolvida*, formada pelas regiões Norte e Centro-Oeste, que juntas perfazem 64% do território nacional; uma “*ilha em desenvolvimento*” representada pela região Nordeste, ocupando 18% do conjunto espacial; e uma “*ilha desenvolvida*” incluindo as regiões Sul e Sudeste. Daí que Therezinha de Castro afirme que:

(...)globalizando os factores que contrastam de leste para oeste, podemos deduzir que o Brasil foi no passado e continua no presente, a despeito da interiorizada Brasília, um país voltado para o Atlântico (*apud* FREITAS, 1999, p.203)

Therezinha de Castro privilegiou nos seus estudos, como já descrevemos, a Amazônia, esse vasto interior brasileiro, e a Antártida, continente gelado que é a maior reserva de água doce do mundo, embora sob a forma de gelo. No que diz respeito ao que Therezinha de Castro chama o ciclo Africano, o processo de descolonização africano e o desenvolvimento do Brasil nos anos de 1980 levaram aproximação a diversos países, nomeadamente no Golfo da Guiné, mas também no Cone Sul africano, apoiando a independência da Namíbia e renunciando ao diálogo com o regime sul-africano da época (FREITAS, 1999).

Quanto integração do Brasil na América do Sul, Therezinha de Castro considera que o Tratado de Tordesilhas dividiu a América do Sul em Pacífico e Atlântico, destacando pela sua importância o Cone Sul, de vocação marcadamente marítima (onde integra Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia) e que envolve o ecúmeno brasileiro (o triângulo São Paulo-Rio de Janeiro-Belo Horizonte). Por esta posição geográfica, ela assume que o Brasil tem interesses marcadamente atlânticos, seja no oceano propriamente dito, seja na Bacia do Rio da Prata ou mesmo como acesso a

Antártida. Lembra que os portos brasileiros do Sul podem servir de ponto de saída para as exportações bolivianas e paraguaias, ajudando a aliviar a carga do encravamento geográfico destes países (FREITAS, 1999).

Breve caracterização geopolítica do espaço africano do Atlântico Sul

No continente africano, a África do Sul, sem dúvida a potência regional do *Cone Austral* que domina quase por completo. O Lesoto e a Suazilândia são quase protetorados que dependem da boa-vontade sul-africana, e Namíbia, Moçambique e outros Estados vizinhos dependem dos investimentos sul-africanos (não fosse a benevolência de Pretória o regime do Zimbábue teria caído há muito tempo). Para além disto, a África do Sul tem importantes recursos minerais, domina os *rimlands* africanos, controla a rota marítima do Cabo da Boa Esperança e tem pretensões na Antártida.

O único país que parece fugir influência da África do Sul é Angola, que além do *Cone Austral* e dos *rimlands*, faz também parte do que Mackinder chamou de *Heartland do Sul*. Devido ao poderio sul-africano, Angola tem de renunciar a intervir no *Cone Austral* e intervir no *Heartland do Sul*, sua zona provável de influência. As missões das Forças Armadas Angolanas na República Democrática do Congo e no Congo-Brazaville parecem confirmar esta hipótese.

O Congo (ex-Zaire e agora República Democrática do Congo) é um país de grandes dimensões territoriais, praticamente encravado e rico em matérias-primas. É também um grande foco de conflito que tem atraído vários países africanos, como Uganda, Ruanda, Burundi, Zimbábue e Angola. Os movimentos rebeldes na zona do Katanga e do Lago Kivu ocorrem justamente por conta da maior concentração da riqueza mineral do país, incluindo o raro mineral coltan, usado na indústria moderna de telecomunicações. Por outro lado, quer o Congo-Brazaville quer a República Democrática do Congo nunca esconderam as suas ambições em relação ao exclave angolano de Cabinda, rico em petróleo e rodeado pelos dois países (CORREIA, 2004).

É quase certo que os rebeldes cabindas que desejam a independência do exclave tiveram ou têm, ainda que esporadicamente, apoio destes dois Estados. Numa zona de densas florestas, as fronteiras são permeáveis e podem permitir a existência de santuários para forças rebeldes.

Breves considerações geopolíticas sobre a América do Sul

Se nas teorias geopolíticas clássicas, autores como Mahan, Mackinder, Spykman e Cohen praticamente ignoraram a América do Sul enquanto entidade geopolítica autônoma, o que é certo é que ela apresenta semelhanças com a África na sua organização, pois podemos detectar um *heartland* - a que chamaremos *heartland* sul-americano -, *rimlands* que abarcam dois Oceanos e um *Cone Austral*. A grande diferença do *heartland* africano para o *heartland* sul-americano, é que enquanto o primeiro é ocupado por vários países da África subsahariana, destacando-se o Congo, o segundo é ocupado praticamente por um único país, o Brasil, o que lhe dá potencialidades imensas na região, dado os recursos associados ao *heartland* que permitem a autarquia e fabulosa capacidade enquanto posição defensiva. A emergência funcional deste baluarte continental só foi possível devido as estradas que nas últimas décadas rasgaram a Amazônia, pois a navegação do Amazonas sempre foi de certo modo morosa e difícil.

O que chamaremos de *rimland* ocidental sul-americano, abrange *grosso modo* o Chile e o Peru, e como já foi dito acima, por conta dos condicionantes geográficos, é mais provável que estes países venham a jogar no tabuleiro do Pacífico, desenvolvendo um poder anfíbio, o que pode atrair uma tentativa dos Estados Unidos de cooptá-los como seus parceiros e aliados, face a uma China emergente e que avança pelo Mar do Sul da China e no Pacífico. A cordilheira andina, embora salvasse estes países da influência do Brasil enquanto potência diretora continental, também os impele a procurar alianças e a jogar num tabuleiro fora do continente.

O que chamaremos de *rimland* oriental sul-americano de vocação atlântica, é uma faixa costeira que vai de Fortaleza, no Nordeste brasileiro, a Montevidéu, no Uruguai, passando por metrópoles como Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Encontram-se nesta faixa as maiores concentrações de população, as maiores cidades, bem como os maiores centros de desenvolvimento econômico e industrial. Esta faixa pertence também, em grande maioria, ao Brasil, o que reforça a sua posição no continente e lhe confere sua potencialidade de projeção de poder transatlântica anfíbia.

A Argentina, ocupa a quase totalidade do *Cone Austral*, com pequenas partes do Uruguai e o Sul do Chile, o que lhe confere grandes possibilidades geopolíticas. É nomeadamente o único país sul-americano capaz de colocar um desafio estratégico ao Brasil. Mas para garantir a estabilidade regional, estes dois países deverão estar integrados no mesmo bloco supranacional. Aguarda por resolver de forma definitiva a questão das Falklands/Malvinas, que opõe Argentina e Reino Unido. Este último não

parece disposto a abdicar do controle de um arquipélago que lhe dá cesso aos recursos da zona marinha envolvente e lhe garante uma plataforma para a exploração dos bancos pesqueiros da Antártida. Além disso, esta posição permite-lhe o controle do Estreito de Magalhães, próximo do arquipélago.

O Brasil e as relações transatlânticas

Dotado da excelente posição no *rimland* oriental sul-americano, o Brasil pode aspirar a projetar poder no próprio Atlântico Sul, e na África se contar com a aliança com Angola ou África do Sul.

Convém não esquecer que autores como Berbém (2001) destacam também a grande importância do Atlântico Sul como via de acesso Antártida. Ignorado por muitos pensadores, esse continente que representa um sexto das massas terrestres, foi sabiamente abordado por Therezinha de Castro, como já referimos, sendo mesmo um dos pontos fulcrais da sua obra.

Os Estados Unidos, muitíssimo dependentes do comércio marítimo para o seu aprovisionamento, nomeadamente no que concerne a matérias-primas e combustíveis fósseis, desde a proclamação da Doutrina Monroe em 1823 que procura reservar as Américas para os Americanos, o continente como seu quintal, intervindo diretamente ou por procuração sempre que julga estar em risco o seu interesse nacional. Face à emergência do Brasil enquanto potência diretora da América do Sul, parece cada vez menos provável a intervenção dos Estados Unidos da América na zona de influência brasileira, sem o seu consentimento tácito ou explícito. Deste modo, Washington tende a limitar-se ao Mediterrâneo Americano, ou seja, ao Mar das Caraíbas e Estados ribeirinhos.

Além do mais, desde o fim da Guerra Fria que Washington está direcionando suas atenções para o Índico (porta de entrada para importantes áreas geopolíticas como o Golfo Pérsico e o Mar Vermelho) e para o Pacífico (diante das atitudes e movimentações chinesas), reduzindo a sua presença no Atlântico. Esta redução leva a que potências como o Reino Unido e Espanha aumentem as suas movimentações no Atlântico Norte, e a que surja uma janela de oportunidade para o Brasil assumir o seu papel no Atlântico Sul, garantindo em conjugação com os seus parceiros africanos a proteção dos recursos naturais e matérias-primas do leito marinho, o controle de áreas estratégicas vitais para a navegação marítima e o livre fluxo de bens e mercadorias entre as duas margens do

Atlântico, bem como a eventual proteção dos navios que cruzam o Atlântico vindos do Pacífico ou Índico.

Para levar a cabo esta missão, o Brasil e os seus parceiros aliados têm de desenvolver um poder anfíbio, que lhes permita manter a ordem e a paz na América do Sul e na África Austral, e ao mesmo tempo projetar na região forças navais e aeronavais. Para tal, estes países necessitam de marinhas modernas e de qualidade, e desejavelmente capacidade de projeção de poder aeronaval.

Esta capacidade pode ser obtida de diversas formas. Pode ser uma capacidade muito básica, obtida pelo transporte de helicópteros para missões de reconhecimento, salvamento, operações de assalto limitadas e operações anti-submarinas a bordo de fragatas ou navios de maior porte; pode ser de navios de assalto anfíbio dotados de convês de vôo capazes de albergar helicópteros de transporte para projeção de forças terrestres, helicópteros com capacidade para reconhecimento e luta anti-submarina e mesmo helicópteros vetores de armas com capacidade para ataque a forças terrestres, motorizadas ou blindadas; pode ser ainda, num nível superior, porta-helicópteros ou porta-aviões de pequena dimensão com capacidade para operar aviões VTOL⁴, ou ainda, no topo da hierarquia, porta-aviões de grande raio de ação preparados para aviões convencionais e que funcionariam como agregadores de verdadeiras forças-tarefa compostas por diversos tipos de navios, entre navios de apoio logístico, submarinos, corvetas, fragatas, etc.

O porta-aviões brasileiro *São Paulo* (ex-*Foch* francês) pode ser apenas a primeira das unidades brasileiras desse tipo a serviço da marinha brasileira, muito embora essas unidades possam ser, como se viu, porta-aviões de pequena tonelagem com capacidade apenas para operar aviões VTOL.

Considerações finais

O Brasil necessita revitalizar rapidamente a sua indústria de defesa nacional, de forma a poder desempenhar o papel que lhe cabe no Atlântico Sul. Sem Forças Armadas modernas e eficientes será muito difícil evitar que outras potências se imiscuam na área, como por exemplo o Reino Unido que tem diversas bases militares no Atlântico Sul. Por outro lado, necessita ampliar a sua cooperação com a África do Sul e Angola, as

4 VTOL: Vertical Take-off and Landing (Decolagem e Aterrizagem Vertical).

potências mais influentes no *Cone Sul* africano.

Para além disto, necessita garantir a estabilidade no continente sul-americano em face ao potencial desestabilizador de países como Venezuela, Paraguai e Bolívia, sendo que as economias destes dois últimos, dado o seu carácter de Estados sem acesso ao mar, se encontram em desvantagem estrutural. Para isto, necessita desenvolver uma política de parceria estratégica com a Argentina, único país sul-americano com capacidade para colocar desafios estratégicos ao Brasil.

Se todas essas condições forem satisfeitas, o Brasil será sem dúvida a potência diretora no Atlântico Sul, garantindo a paz e a segurança e o livre tráfego de mercadorias.

Referências

- ALMEIDA, P. Valente de. **Ensaio de Geopolítica**. Lisboa: ISCSP/IICT, 1994.
- BALÃO, Sandra Maria Rodrigues. Geopolítica da luso-brasilidade no pós-11 de Setembro de 2001. **Finis Mundi**, n. 4, Out-Dez 2011, pp.245-254.
- BERBÉM, António Neves. **O Atlântico Sul como questão estratégica mundializada**. Lisboa: ISCSP, 2001.
- CORREIA, Pedro de Pezarat. **Manual de Geopolítica e Geoestratégia. Vol. I: Conceitos, Teorias e Doutrinas**. Coimbra: Quarteto, 2002.
- _____. **Manual de Geopolítica e Geoestratégia. Vol. II: Análise Geoestratégica de um Mundo em Conflito**. Coimbra: Quarteto, 2004.
- DEFARGES, Philippe Moreau. **Introdução Geopolítica**. Lisboa: Gradiva, 2003.
- DUGIN, Aleksandr. **Teoria do Mundo Multipolar**. Lisboa: IAEG, 2012.
- FREITAS, Jorge Manuel Costa. **A Escola Geopolítica Brasileira**. Lisboa: ISCSP, 1999.

Recebido em Novembro de 2012.

Publicado em Janeiro de 2013.